



PROCESSO SELETIVO INTERNO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD

Domingo, 29 de setembro de 2019.

EDITAL Nº 003/2019 - SEAD
FUNÇÃO COMISSIONADA DE ASSESSORIA CONTÁBIL
UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ASSESSORIAS
CONTÁBEIS

FRASE: Até o maior dos prédios começa no chão.
(Transcrever para o cartão de resposta)

Caderno de Prova – B

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- 1 - Verifique se o caderno está completo ou se há alguma imperfeição gráfica que possa gerar ilegibilidade ou dúvidas. Se necessário, peça a substituição deste caderno antes de iniciar a prova.
- 2 - Leia cuidadosamente o que está proposto.
- 3- As respostas das questões deverão ser transferidas (marcadas) para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova objetiva.
 - 3.1 - No cartão de respostas, o alvéolo deverá ser completamente preenchido, cabendo ao candidato que descumprir esta disposição arcar com eventuais prejuízos quanto à ausência de suas marcações.
 - 3.2 - São exemplos de marcações incorretas: marcação de dois alvéolos para uma mesma questão, marcação rasurada ou emendada, alvéolo não preenchido completamente ou assinalado com excessiva força.
 - 3.3 - No cartão de respostas, o candidato que marcar todas as alternativas de todas as questões ou deixá-lo completamente em branco estará eliminado deste Processo.
 - 3.4 - No cartão de respostas, o candidato DEVERÁ informar o TIPO DE PROVA, conforme especificado no caderno de prova. A falta de marcação do tipo de prova ELIMINARÁ o candidato.
 - 3.5 - A frase indicada na área superior desta folha DEVERÁ SER TRANSCRITA para o cartão de respostas, para posterior exame grafológico, se necessário. A falta de transcrição da frase ELIMINARÁ o candidato.
- 4 - Caso queira, o candidato poderá utilizar os espaços de rascunho deste caderno de prova.
- 5 - Tempo de duração da Prova: 3:00 horas.
- 6 - O candidato somente poderá retirar-se do seu ambiente de prova após decorrido 1:00 hora.
- 7 - Somente será permitido ao candidato levar este caderno de prova, 30 minutos antes do término, devendo permanecer juntos no recinto, os três últimos candidatos. Ao terminarem a prova, terão seus nomes registrados em Relatório de Sala e nele posicionadas suas respectivas assinaturas, sendo liberados simultaneamente.

GABARITO PROVA B

Questão	Alternativas				
1	a	b	c	d	e
2	a	b	c	d	e
3	a	b	c	d	e
4	a	b	c	d	e
5	a	b	c	d	e
6	a	b	c	d	e
7	a	b	c	d	e
8	a	b	c	d	e
9	a	b	c	d	e
10	a	b	c	d	e
11	a	b	c	d	e
12	a	b	c	d	e
13	a	b	c	d	e
14	a	b	c	d	e
15	a	b	c	d	e
16	a	b	c	d	e
17	a	b	c	d	e
18	a	b	c	d	e
19	a	b	c	d	e
20	a	b	c	d	e
21	a	b	c	d	e
22	a	b	c	d	e
23	a	b	c	d	e
24	a	b	c	d	e
25	a	b	c	d	e
26	a	b	c	d	e
27	a	b	c	d	e
28	a	b	c	d	e
29	a	b	c	d	e
30	a	b	c	d	e
31	a	b	c	d	e
32	a	b	c	d	e
33	a	b	c	d	e
34	a	b	c	d	e
35	a	b	c	d	e
36	a	b	c	d	e
37	a	b	c	d	e
38	a	b	c	d	e
39	a	b	c	d	e
40	a	b	c	d	e

Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo para responder às questões 1, 2 e 3.

Competências para uma educação integral

Um estudo sobre o futuro do trabalho da consultoria global McKinsey & Company revela que seis em cada dez trabalhos podem ter mais de 30% de suas atividades automatizadas. No cenário mais modesto, isso poderá impactar, até 2030, a atividade laboral de 400 milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, a estimativa é que o efeito da automação atinja cerca de 16 milhões de brasileiros, especialmente os jovens que não tiveram acesso a uma educação de qualidade.

Esse novo cenário vai exigir um aumento de qualidades humanas, como a criatividade, o trabalho em equipe, a persistência, a abertura ao novo, a comunicação e o pensamento crítico, entre outras. Por isso, a oferta de uma educação com significado, que seja capaz de desenvolver o potencial pleno das pessoas, torna-se condição imperativa para o acesso aos postos de trabalho atuais e futuros.

Isso requer uma educação que vá além do desenvolvimento de competências cognitivas, mas que seja capaz de introduzir, de forma articulada com estas, as chamadas competências socioemocionais, na perspectiva do desenvolvimento pleno de nossos educandos, em conformidade com o Artigo 2º da LDB (A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho). Quando essa articulação ocorre no contexto do currículo escolar, e de forma intencional, é o que chamamos de educação integral.

Vários estudos mostram que estudantes mais responsáveis, colaborativos, persistentes, curiosos e resilientes aprendem mais, concluem seus estudos básicos na idade certa e saem da escola preparados para seguir aprendendo ao longo da vida. Na idade adulta, tornam-se cidadãos mais conscientes e participativos, trabalhadores mais éticos, produtivos e realizados, enfim, seres humanos mais aptos a fazerem boas escolhas e usufruírem delas.

Espera-se assim que as escolas preparem as nossas crianças e os nossos jovens para uma educação que seja capaz de desenvolver tais competências e que não seja mais uma disciplina, mas uma nova forma de ensinar e de aprender – o que significa, por outro lado, a necessidade de dar um novo significado à formação do professor.

Por isso, cabe agora ao Conselho Nacional de Educação (CNE), a partir do encaminhamento feito pelo Ministério da Educação (MEC), em dezembro último, elaborar as novas diretrizes para formação docente. Um trabalho que vai exigir uma grande articulação com todos os atores envolvidos com a educação brasileira, das universidades às secretarias de educação, incluindo os conselhos estaduais e municipais de educação. Creio que seja esta a mais importante tarefa, dentre várias, do CNE para o ano em curso.

NEVES, Mozart. “Competências para uma educação integral”. ISTOÉ. São Paulo. Disponível em: <<https://istoe.com.br/competencias-para-uma-educacao-integral/>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

1. A leitura do texto permite inferir que:

- a) a escola deve tornar os alunos mais disciplinados para que eles consigam atingir novas competências, e os professores desempenharão a mais importante tarefa para o sucesso dos alunos neste novo cenário.
- b) dezesseis milhões de brasileiros podem perder seu emprego pela automatização, portanto, faz-se necessário às novas gerações estudar mais conteúdos formais para se adequarem às novas tecnologias.
- c) devido à automatização de atividades laborais, o aprendizado escolar deve buscar desenvolver as competências socioemocionais dos alunos, para que eles obtenham êxito nesse novo cenário.
- d) um novo cenário surgirá no futuro e exigirá professores mais preparados para ensinar conteúdos relevantes e novas disciplinas às crianças e aos jovens.
- e) os professores devem ensinar os alunos a serem responsáveis, ao invés de ensinar competências cognitivas, pois, somente assim, os estudantes serão seres humanos mais aptos a fazerem boas escolhas e usufruírem delas.

2. O texto “Competências para uma educação integral” se adequa ao gênero textual:

- a) Crônica, pois o texto se baseia em uma narrativa curta sobre o cotidiano do ensino no Brasil.
- b) Artigo científico, pois o texto se baseia apenas em dados objetivos.
- c) Resumo, pois o texto apresenta, de forma sucinta, um estudo feito pela consultoria global McKinsey & Company.
- d) Artigo de opinião, pois o texto traz a opinião do autor a respeito do tema abordado.
- e) Editorial, pois apresenta o assunto a ser abordado em determinada seção jornalística.

3. Qual função de linguagem se destaca no primeiro parágrafo do texto “Competências para uma educação integral”?

- a) Função denotativa, que visa a transmitir uma informação clara e direta.
- b) Função metalinguística, que visa a explicar a própria linguagem utilizada no texto.
- c) Função conativa, que visa a convencer o receptor da mensagem.
- d) Função fática, que visa a estabelecer a comunicação com o receptor da mensagem.
- e) Função expressiva, que visa a transmitir os sentimentos do emissor.

4. Em qual alternativa todas as palavras estão grafadas **corretamente** segundo a acentuação gráfica?

- a) Jiboia – ideia – guaraní
- b) Juri – abdômen – polen
- c) Jibóia – ideia – abdomen
- d) Jibóia – ideia – guarani
- e) Guarani – Júri – pólen

5. Leia as frases abaixo e assinale a alternativa **correta** em relação à concordância verbal.

- I – Às entidades especificadas ficam resguardadas a oferta do serviço.
- II – Os moradores tem vinte e quatro horas para se manifestar.
- III – As encomendas estão chegando, mas ninguém vêm receber.
- IV – Os policiais veem tudo pelas câmeras de segurança.

FCAC / UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ASSESSORIAS CONTÁBEIS
PROVA - B

V – As forças de segurança só intervieram quando já era tarde.
VI – Precisamos de mais dinheiro, hajam vista os inúmeros credores.

- a) As frases IV e V estão corretas.
- b) As frases II e III estão corretas.
- c) As frases I, II e IV estão corretas.
- d) As frases I e VI estão corretas.
- e) As frases III, IV e VI estão corretas.

6. Quanto à regência verbal, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Essa emenda visa a controlar os gastos públicos.
- b) Para o bom andamento do serviço, devemos obedecer o regimento.
- c) Antes, devo parabenizá-lo pelo excelente trabalho feito junto à secretaria.
- d) Gostaria de agradecer-lhe. O senhor nos ajudou muito nesse processo.
- e) Meu pai sempre assiste à novela das nove horas.

7. Assinale a alternativa em que todas palavras estão grafadas **corretamente** em relação à correção ortográfica.

- a) O que sinto por você é inesplicável.
- b) Não devemos nos estender em tais assuntos.
- c) Eu não gosto de giló.
- d) Qual é a extensão dos danos?
- e) A vidente advinhou tudo que iria acontecer.

8. Quanto ao uso **correto** do acento grave e da crase, leia as frases abaixo e assinale a alternativa correta.

- I – Devemos encontrá-la à uma da tarde.
- II – Adoro andar à cavalo.
- III – Não diga nada àquele homem. Ele parece suspeito.
- IV – Graças à Deus, a Júlia chegou bem.
- V – Entregue isso à ela.
- VI – Às mulheres que estavam presentes oferecemos rosas.

- a) Somente a frase IV está correta.
- b) As frases I, III e VI estão corretas.
- c) As frases III e V estão corretas.
- d) As frases I, II e V estão corretas.
- e) As frases II e IV estão corretas.

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás - Atualidades

Nas questões de 9 a 12, marque uma única alternativa **correta** conforme pede seu comando.

9. O Estado de Goiás, situado a Leste da Região Centro-Oeste, possui uma área de aproximadamente 340.125,715 km², correspondendo 4% da área do território nacional e 21,17% da área da Região Centro-Oeste.

O Estado encontra-se subdividido em 246 municípios, 18 microrregiões e 05 mesorregiões. Tendo como limites geográficos

- a) a leste com Mato Grosso.
- b) a Sudoeste com a Bahia.
- c) ao norte com o estado de Tocantins.
- d) a oeste com Minas Gerais.
- e) a sudeste com Mato Grosso do Sul.

10. A pedra fundamental da nova capital do Estado de Goiás foi lançada por Pedro Ludovico Teixeira, na década de 1930. No processo de construção de Goiânia, algumas de suas principais edificações — como, por exemplo, a Estação Ferroviária, o Palácio das Esmeraldas, o Coreto da Praça Cívica - foram erguidas adotando um estilo arquitetônico característico, denominado

- a) barroco.
- b) clássico.
- c) art nouveau.
- d) colonial.
- e) art déco.

11. No Estado de Goiás há importantes bacias hidrográficas do Brasil. O Estado possui um grande potencial hídrico e variedades de aspectos naturais. Existe uma vasta quantidade de rios, córregos e vultosos aquíferos (águas subterrâneas). O Estado de Goiás é banhado por 03 (três) importantes bacias hidrográficas, que são:

- a) Bacia do São Francisco, Bacia do Corumbá, Bacia do Rio Paraíba.
- b) Bacia Araguaia-Tocantins, Bacia do São Francisco, Bacia do Paraná.
- c) Bacia do Parnaíba, Bacia Araguaia-Tocantins, Bacia do Corumbá.
- d) Bacia do São Simão, Bacia do Paraná, Bacia do Parnaíba.
- e) Bacia do Parnaíba, Bacia do Rio Araguaia, Bacia Tocantins.

12. “O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade.”

(<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future> Acesso em 16 ago.19)

No âmbito de mais de 600 (seiscentos) sítios eleitos pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, o Brasil possui 14 (quatorze) espaços históricos creditados pela Unesco. No ano de 2001, qual centro histórico de Goiás recebeu este título?

- a) Cidade de Goiás
- b) Pirenópolis
- c) Jaraguá
- d) Corumbá de Goiás
- e) Cavalcante

Noções de Administração Pública

13. Em sentido material, são frequentemente indicadas como próprias da Administração Pública as subsequentes atividades, **exceto**:

- a) fomento.
- b) polícia administrativa.
- c) comércio varejista.
- d) intervenção.
- e) serviço público.

14. Estão descritos no artigo 37 da Carta Magna (Constituição Federal de 1988) os cinco princípios que regem a Administração Pública e orientam como as organizações administrativas devem atuar. São eles:

- a) legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) assiduidade, impessoalidade, moralidade, honestidade e eficiência.
- c) legalidade, impessoalidade, moralidade, honestidade e eficiência.
- d) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- e) assiduidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

15. É um princípio da Administração Pública implícito. Embora não se encontre enunciado no texto constitucional, ele é decorrência das instituições adotadas no Brasil. Com efeito, por força do regime democrático e do sistema representativo, presume-se que toda atuação do Estado seja pautada pelo interesse público, cuja determinação deve ser extraída da Constituição e das leis, manifestações da “vontade geral”. Assim sendo, lógico é que a atuação do Estado subordine os interesses privados. Esse conceito refere-se ao:

- a) Princípio da Legalidade.
- b) Princípio da Autotutela.
- c) Princípio da Razoabilidade.
- d) Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.
- e) Princípio da Supremacia do Interesse Público.

16. Administração indireta pode ser conceituada como o conjunto de pessoas jurídicas que, vinculadas a um ministério, prestam - de forma descentralizada – serviços públicos ou de interesse público. São categorias da Administração indireta Federal, **salvo**:

- a) Autarquias.
- b) Multinacionais.
- c) Fundações Públicas.
- d) Sociedades de Economia Mista.
- e) Empresas Públicas.

17. Acerca da Organização da Administração Pública no Brasil, analise as afirmativas abaixo, diagnosticando se são verdadeiras (V) ou falsas (F).

Ao final, assinale a opção que apresente a sequência **correta**.

() As entidades políticas são pessoas jurídicas de direito público interno, dotadas de diversas competências de natureza política, legislativa e administrativa, todas elas, conferidas diretamente pela Constituição Federal.

() No Brasil, são pessoas políticas a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

() Entidades administrativas são pessoas jurídicas que integram a administração pública formal brasileira, com autonomia política.

() As pessoas jurídicas meramente administrativas não detêm competências legislativas.

- a) V, V, V, F.
- b) V, F, F, V.
- c) F, V, V, F.
- d) V, V, F, V.
- e) V, F, V, F.

18. A respeito do Planejamento Estratégico, analise os itens a seguir.

I - O planejamento estratégico está associado com a adequação da organização a um ambiente variável;

II - O planejamento estratégico é norteado para o futuro. É o longo prazo seu horizonte de tempo;

III - O planejamento estratégico é tolerante. Ele envolve a organização como um todo, cingindo todos os seus recursos, com o intuito de obter resultados sinérgicos de todas as potencialidades e capacidades da organização;

IV - O planejamento estratégico é um método de construção de igualdade de opiniões. Para que a organização possa conquistar seus objetivos, o planejamento estratégico deve proporcionar uma forma de assistir a todos na direção futura que melhor seja útil, considerando sempre a diversidade dos envolvidos e as necessidades dos parceiros interessados.

Quais itens estão **corretos**?

- a) I, II, III e IV.
- b) Apenas I e IV.
- c) Apenas I.
- d) Apenas I, III e IV.
- e) Apenas I, II e III.

19. O Estado exerce a função administrativa por meio de órgãos, pessoas jurídicas e seus respectivos agentes. Para o desempenho de suas atribuições, o Estado adota duas formas básicas de organização e atuação administrativas: centralização e descentralização. Nesse sentido, marque a alternativa **incorreta**:

- a) Ocorre a chamada centralização administrativa quando o Estado executa suas tarefas indiretamente, por meio dos órgãos e agentes integrantes da denominada administração indireta.
- b) Ocorre a chamada descentralização administrativa quando o Estado desempenha algumas de suas atribuições por meio de outras pessoas, e não pela administração direta.
- c) A descentralização pressupõe duas pessoas distintas: o Estado e a pessoa que executará o serviço, por ter recebido do Estado essa atribuição.
- d) A descentralização pode ocorrer por outorga ou por delegação.
- e) Em nenhuma forma de descentralização há hierarquia.

20. Quanto à Organização da Administração Pública no Brasil, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A organização da administração pública do Brasil divide-se em direta e indireta.
- b) No Brasil, existe Administração Pública em todos os entes federados, e todos os Poderes da República têm órgãos administrativos.

- c) A Administração Indireta é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva Administração direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada.
- d) Na Administração Pública Federal, a Administração Direta constitui dos serviços integrados na estrutura da administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

e) A Administração Direta é o conjunto de órgãos que integram as pessoas políticas do Estado, aos quais foi atribuída a competência para o exercício de forma descentralizada, de atividades administrativas.

Orçamento e Finanças

21. Assinale a alternativa que possui a definição **correta** sobre o orçamento público.

- a) A Lei do Orçamento compreende todas as receitas, incluindo receitas de operações de crédito por antecipação orçamentária.
- b) As cotas não são receitas que entidades públicas possam transferir a outra. Devem ser incluídas como despesas no orçamento da entidade obrigada a transferência e como receita, no orçamento da entidade que deve receber.
- c) A LOA disporá das alterações na legislação tributária e estabelecerá as políticas a serem aplicadas nas agências financeiras oficiais.
- d) O projeto de Lei Orçamentária é acompanhado de demonstrativos regionalizados do efeito sobre as despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios financeiros, sendo eles tributários e creditícios.
- e) É permitido no orçamento público iniciar a prestação de serviços de consultoria antes do empenho da despesa.

22. Leia o texto que segue e assinale a opção que melhor soluciona o problema em questão.

“Como determinado pela Constituição Federal, um projeto de Lei Orçamentária Anual foi enviado pelo poder executivo ao poder legislativo. Este irá discutir e votar a aprovação ou negação de tal projeto. Porém em um dado momento o poder executivo entendeu como necessário incluir no projeto uma obra, que se faria compatível com o Plano Plurianual e com a Lei das Diretrizes Orçamentárias.”

Tal inclusão poderá acontecer por meio de:

- a) solicitação pelo Poder Legislativo, sendo necessário que se anule despesas pessoais e encargos para a execução do projeto.
- b) emenda proposta pelo Poder Executivo, sendo necessário que ele anule despesas com bens (imóveis) para que o valor do projeto seja suprido.
- c) solicitação enviada pelo próprio Presidente da República vigente ao Congresso Nacional propondo modificação no projeto de lei, enquanto a votação pela comissão mista ainda não for iniciada.
- d) emenda constitucional proposta pelo Poder Legislativo, sendo necessário que ele providencie anulação de despesas com transferências tributárias para cobrir os gastos da execução do projeto implantado.
- e) emenda proposta pelo Poder Legislativo, cujos recursos para execução da obra sejam decorrentes da anulação de despesas com serviços.

23. A Lei de Responsabilidade Fiscal ou Lei Complementar nº 101 estabelece normas de finanças públicas direcionadas a responsabilidade na gestão fiscal. Sendo assim, podemos concluir como requisitos essenciais para a gestão fiscal:

- a) A projeção sistemática de todos os tributos de competência constitucional da Federação para devida instituição e cobrança.

b) A instituição de previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional da Federação.

- c) A instituição de terminada e efetiva alterando a distribuição dos tributos de competência constitucional da Federação.
- d) A organização prévia de previsão e distribuição sistemática de todos os tributos de competência constitucional da Federação.
- e) A elevada e efetiva cobrança de todos os tributos de competência constitucional da Federação.

24. O sistema Orçamentário do Brasil é composto por três principais instrumentos de planejamento, sendo eles: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA. Sobre estes instrumentos assinale a alternativa que define **corretamente** suas características e funções.

- a) A Lei de Diretrizes Orçamentárias disposta pela Carta Magna deve determinar os orçamentos a serem feitos, bem como a compatibilização deles com o Plano Plurianual.
- b) O Plano Plurianual tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública.
- c) Com vigência de quatro anos, o Plano Plurianual tem como função enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte.
- d) É função da Lei Orçamentária Anual estabelecer normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- e) É de total responsabilidade da Lei de Diretrizes Orçamentárias promover e solucionar questões relacionadas a refinanciamento de dívidas públicas.

25. O Orçamento Público é dividido em diferentes tipos. Sobre esses tipos de orçamento, assinale a alternativa que define **corretamente** tais meios de organização.

- a) O orçamento público tradicional é um instrumento disciplinador das finanças públicas, uma ferramenta de controle e um documento com previsão de metas sociais a serem alcançadas.
- b) O orçamento público de diretrizes orçamentárias define objetivos e metas do governo sem elo com o plano plurianual.
- c) O orçamento público deve integrar as empresas públicas e de economia mista que independem de recursos do Tesouro para sua operação.
- d) O orçamento público anual tem como finalidade regulamentar a programação anual do trabalho e impor o cumprimento integral, das metas estabelecidas.
- e) O orçamento público base zero prepara os pacotes de decisão e definição de prioridades, confrontando-se incrementos pela ponderação de custos e benefícios.

26. Para que o processo orçamentário do setor público se concretize, é essencial que este seja composto pelos sistemas envolvidos no Ciclo Orçamentário. Sobre esses sistemas e etapas, podemos afirmar:

- a) O processo elaboração é um instrumento técnico, que estabelece parâmetros para a cobrança de tributos, mesmo sem fixar limites para a realização de gastos públicos e definir responsabilidades.
- b) O processo de avaliação é uma sequência de passos alternados em períodos aleatórios nos quais os orçamentos sucessivos são preparados, votados, executados, com avaliação de resultados e aprovação de contas.
- c) O processo de execução é etapa do ciclo orçamentário que implica a mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros.
- d) O processo de administração avalia os recursos e resultados e aprova as contas.
- e) O processo de avaliação finaliza o ciclo orçamentário, avaliando as etapas do sistema e as devidas conclusões positivas e negativas.

27. O déficit público pode ser classificado em quatro formas: Déficit Financeiro, Déficit Operacional, Déficit Nominal e Déficit Orçamentário. Sobre tais formas de dívidas públicas, podemos afirmar que:

- a) quando há necessidade de financiamento do setor público, incluindo os efeitos da correção monetária e cambial nas despesas e nas receitas, temos um déficit nominal.
- b) quando há necessidade de financiamento do setor público, excluindo-se os efeitos da correção monetária e cambial nas despesas e nas receitas, temos um déficit financeiro.
- c) quando os juros nominais incidentes sobre a dívida líquida do setor público superam o resultado nominal do setor público, temos um déficit nominal.
- d) quando as despesas são maiores do que as receitas, havendo distinção entre déficit previsto e o déficit da execução, temos um déficit operacional.
- e) quando em um determinado período temos maiores entradas do que saídas, temos um déficit financeiro.

28. Segundo a lei 4.320 de 1964, as receitas podem ser classificadas segundo sua categoria econômica. Sobre a classificação dessas receitas podemos concluir que:

- a) As receitas provenientes da arrecadação de impostos são classificadas como receitas correntes.
- b) As receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado são classificadas como receitas diretas.
- c) As receitas relacionadas a contribuições, patrimônio, agropecuária, industrial, serviços e outras são classificadas como receitas especiais.
- d) As receitas resultantes do balanceamento de entradas e saídas são classificadas como receitas de capital.
- e) As receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas são classificadas como receitas fixas.

29. O cálculo do Quociente Orçamentário pode ser efetuado por meio de índices listados no Balanço Orçamentário. Sobre esse equilíbrio orçamentário podemos afirmar ser:

- a) o requerimento de redução das despesas fixas.
- b) a previsão e eliminação de gastos não essenciais.
- c) o resultado da relação entre as receitas realizadas correntes e as despesas empenhadas correntes.
- d) o resultado entre a previsão inicial de receitas e a previsão inicial das despesas.
- e) a relação entre as receitas realizadas e a previsão inicial das receitas.

30. A Constituição Federal de 1988 instituiu três instrumentos principais que compõem o modelo orçamentário brasileiro. Um desses instrumentos é a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Sobre esta lei e suas características, podemos afirmar que:

- a) estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública.
- b) é a peça mais alta da hierarquia da tríade orçamentária, embora seja composta apenas por leis ordinárias.
- c) estima a receita e fixa a programação das despesas para o exercício financeiro.
- d) tem vigência de quatro anos.
- e) enuncia as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte.

Contabilidade

31. Uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade:

- a) ativo contingente.
- b) provisão.
- c) passivo contingente.
- d) empréstimos.
- e) fornecedores.

32. Cada unidade que realize a gestão de recursos públicos deverá ser responsável pelo acompanhamento, análise e consistência dos registros e saldos das contas contábeis, bem como pelos reflexos causados nos respectivos demonstrativos. A análise pode ser realizada, também, por meio do balancete, conforme exemplos a seguir, **exceto**:

- a) análise de saldos invertidos: no caso de contas que tenham saldo apenas devedor ou credor, de acordo com sua natureza, a apresentação de saldo invertido pode representar a execução de uma operação indevida de ativo contingente.
- b) verificação do critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, para o seu registro.
- c) utilização indevida de contas contábeis, por exemplo uma escola de ensino básico, cuja atividade fim é educação, que apresente, em seu ativo imobilizado, saldo na conta “Aeronaves”, provavelmente realizou uma classificação indevida.

d) existência de saldos em contas contábeis descritas como “Outros (as)”: recomenda-se que os registros nessas contas sejam limitados a 10% do total do grupo.

e) classificação inadequada de receitas e despesas, tanto para as contas de natureza orçamentária, nas fases de previsão e execução, quanto para as contas de natureza patrimonial (VPA e VPD).

33. Na ótica orçamentária, são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados para atender despesas em investimentos ou inversões financeiras, a fim de satisfazer finalidade pública específica; sem corresponder, entretanto, a contraprestação direta ao ente transferidor.

- a) receita corrente – transferências correntes.
- b) receita de capital – operações de crédito.
- c) receita corrente – impostos.
- d) receita corrente – taxas.
- e) receita de capital – transferências de capital.

34. As despesas empenhadas a liquidar são aquelas cujo prazo para cumprimento da obrigação, assumida pelo credor (contratado), encontra-se vigente, ou seja, ainda não ocorreu o fato gerador da obrigação patrimonial para o ente, estando pendente de entrega do material ou do serviço adquirido. Uma despesa com essas características, cujo empenho da despesa foi emitido no exercício fiscal anterior é classificada como:

- a) restos a pagar processados.
- b) despesas de exercícios anteriores.
- c) restos a pagar não processados.
- d) obrigações por competência.
- e) restos a pagar com prescrição interrompida.

35. Essa demonstração evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade:

- a) Balanço Patrimonial.
- b) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- c) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- d) Balanço Orçamentário.
- e) Balanço Financeiro.

36. Esse demonstrativo integra o relatório resumido da execução orçamentária e deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. Deverá ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores. O seu principal objetivo é servir de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da Federação.

- a) Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão.
- b) Demonstração da Execução das Despesas por Função/Subfunção.
- c) Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal.
- d) Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.
- e) Balanço Orçamentário.

37. Nos termos do Decreto nº 9.069, de 10 de outubro de 2017, o serviço de Contabilidade Pública a ser mantido pelos órgãos da administração direta e pelas entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo, instituído no art. 1º da Lei nº

19.550, de 15 de dezembro de 2016, tem por objeto o patrimônio da Administração pública do Estado de Goiás, em relação aos quais deverá:

- I – evidenciar a composição patrimonial e a situação econômico-financeira;
- II – demonstrar os resultados patrimoniais;
- III – fornecer elementos para a prestação de contas dos gestores públicos;
- IV – auxiliar o exercício dos controles interno, externo e social;
- V – desenvolver e manter ferramentas de extração de dados e geração de relatórios automatizados de natureza orçamentária, financeira, patrimonial, física e de sustentabilidade fiscal e financeira.

- a) todas as afirmativas estão corretas.
- b) somente as afirmativas II, III e V estão corretas.
- c) somente as afirmativas I, II e V estão corretas.
- d) somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- e) todas as afirmativas estão incorretas.

38. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a um registro contábil sistemático durante esse período, que tem como característica fundamental a redução do valor do bem e se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso. A causa que influencia a redução do valor é a existência de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. Esse registro contábil evidencia o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração, ocasionado por alguns fatores, tais como: deterioração física, desgastes com uso, e obsolescência.

- a) redução a valor recuperável.
- b) depreciação.
- c) exaustão.
- d) amortização.
- e) reavaliação de ativo imobilizado.

39. O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. Cada uma das características qualitativas é integrada e funciona em conjunto com as outras. Entretanto, na prática, talvez não seja possível alcançar todas as características qualitativas e, nesse caso, um equilíbrio ou compensação entre algumas delas poderá ser necessário. Nesse sentido, são características qualitativas da informação contábil:

I – Relevância: as informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil;

II – Representação Fidedigna: é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material. A informação que representa fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno retrata a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica;

III – Compreensibilidade: é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado. As demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como à natureza da informação apresentada;

FCAC / UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ASSESSORIAS CONTÁBEIS
PROVA - B

IV – Comparabilidade: é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificarem semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos;

V – Oportunidade: refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. Determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior valor para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

- a) somente as afirmativas I, III, IV e V estão corretas.
- b) todas as afirmativas estão incorretas.
- c) somente as afirmativas II, III, IV e V estão corretas.
- d) somente as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.
- e) todas as afirmativas estão corretas.

40. Como mecanismo integrador entre a receita e a despesa, exerce um duplo papel no processo orçamentário. Para a receita orçamentária tem a finalidade de indicar a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas orçamentárias. Para a despesa orçamentária, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados. Ressalte-se que esse mecanismo é obrigatório, devido aos mandamentos constantes no parágrafo único do art. 8º e no inciso I do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal:

- a) disponibilidade por destinação de recursos.
- b) código patrimonial.
- c) código da despesa orçamentária.
- d) código da receita orçamentária.
- e) fonte/destinação de recursos.